

Política monetária Prefixados tiveram sua parcela elevada de 9,2% para 15,3% em um ano

BC muda perfil da dívida pública

Mônica Izaguirre
De Brasília

O aumento sazonal da demanda por moeda em dezembro acabou provocando uma queda na dívida mobiliária federal. Por causa dos resgates e compras de papéis efetuados com objetivo de dar liquidez ao sistema financeiro, o saldo dos títulos de emissão federal em poder do mercado fechou o ano em R\$ 516, 11 bilhões, quase R\$ 4 bilhões abaixo do que era em novembro. Segundo o Banco Central, foram R\$ 6,4 bilhões de resgates no mercado primário e 2,4 bilhões de compras no secundário, tirando de circulação cerca R\$ 8,8 bilhões em títulos.

A queda da dívida mobiliária não foi maior em função da incorporação de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões em juros e correção monetária, explicou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, ao divulgar os números. Conforme ele, diferente do que ocorreu em novembro, no último mês do ano o comportamento do dólar não impactou de forma negativa o saldo da dívida. Para efeitos de atualização dos saldos, houve valorização cambial de 0,29%, disse Lopes. Em novembro, mês o saldo cresceu pouco mais de

R\$ 100 milhões, a dívida absorveu uma desvalorização cambial de 2,22 %.

Os dados divulgados ontem pelo BC confirmam que o plano traçado em novembro de 1999 para mudar o perfil da dívida mobiliária está surtindo efeito. Tanto na composição por indexadores quanto no prazo médio de vencimento. A participação de títulos pós-fixados indexados à taxa Selic caiu de 61,1% para 52,4% do final de 1999 para o final de 2000. A participação do papéis com correção cambial, que era de 24,2% , recuou para 21,7%, apesar de ter crescido no último trimestre. Já os papéis com remuneração prefixada tiveram sua parcela aumentada de 9,2% para 15,3% em um ano.

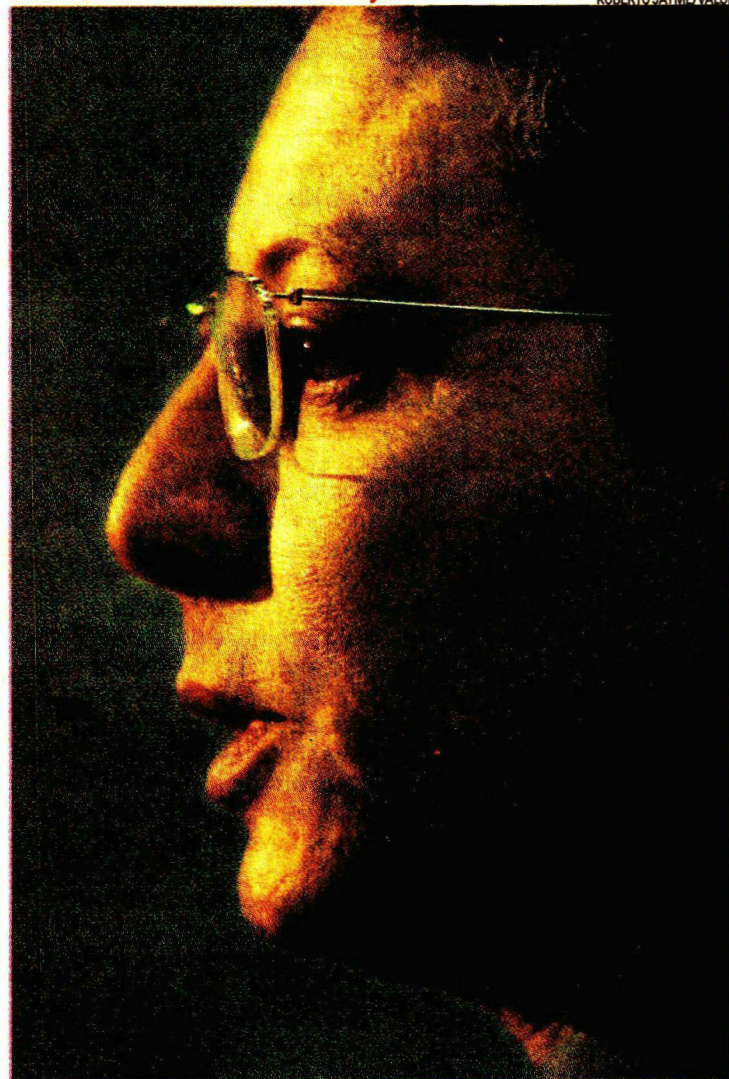
O governo tem procurado trabalhar mais com os prefixados já que os títulos indexados à Selic representam risco de contaminação de todo o estoque de dívida representado por esses papéis em caso de eventual subida dos juros interfinanceiros. Entre as medidas que foram adotadas no âmbito do programa anunciado em 1999 está a fixação de cronogramas de colocação de papéis pelo Tesouro.

O prazo médio remanescente dos papéis federais em poder do público alongou-se "significati-

vamente", na avaliação de Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do BC. No final de 1999, informou ele, este prazo era de 8,57 meses. No encerramento do mês de dezembro de 2000, já estava em 15,78 meses. O alongamento ocorreu tanto nos papéis do Tesouro, cujos prazo médio subiu de 7,87 meses para 15,28 meses, quanto nos títulos de emissão do Banco Central (de 11,05 para 17,38 meses).

O aumento sazonal por moeda que levou o governo a tirar papéis do mercado em dezembro refletiu na elevação dos meios de pagamento. A soma dos depósitos à vista com o volume de papel moeda fora dos bancos e do BC aumentou 15,3% em relação a novembro, considerada a média dos saldos diários. Ou seja, quase toda a elevação ocorrida no ano de 2000 pelo mesmo critério se concentrou no último mês do ano, quando a demanda por moeda aumenta em função de fatores como décimo terceiro salário e também aquecimento do comércio em função do Natal. Em todo o ano de 2000, os meios de pagamento aumentaram 19,2% pela média de saldos diários, segundo o Banco Central.

Veja o balanço completo em
www.bcb.gov.br



Altamir Lopes, do BC: sem impacto negativo do dólar no saldo da dívida

ROBERTO JAYME/VALOR

31 JAN 2001